

TUCURUÍ: EXPROPRIADOS X ELETRONORTE

Raimundo Gomez da Cruz Neto *

MARABÁ

Em nome do desenvolvimento e em busca da implantação do processo de entreguismo dos recursos naturais renováveis e não renováveis da Amazônia, o "governo" brasileiro tem dado aval a grandes grupos nacionais e internacionais a promoverem de maneira opressiva, verdadeira mutilação de populações inteiras de povos indígenas e de pequenos agricultores amazônidas precedentes de várias gerações, o que tem tornado várias regiões num palco de contrastes, conflitos pela posse da terra e de transformação de vida cabocla, mansa e fácil, em estado de tensão e miséria.

Com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que teve sua data de inauguração marcada para 22 de novembro último, desde 1977 a Eletronorte vem convocando os moradores ribeirinhos e não ribeirinhos, mas que serão afetados com a formação do grande lago de 2.430 km², bem maior que o lago de Itaipu a participar de um episódio que, por menos cruel que seja, deixará um número significativo de vítimas e sequelas que jamais deixarão de ser reconhecidas, pela ferocidade da opressão que as formou.

São em torno de 4.000 famílias moradoras de 22 vilas, povoados, loteamentos rurais e ao longo de rodovias federais. A Transamazônica foi construída por este mesmo "governo" que perdura desde 64 e que resolveu colocar sob as águas um trecho de mais de 150 km, levando ao estado de miséria os colonos que ali foram assentados pelo INCRA nos anos 73 e 74, na ilusão de que poderiam construir seus futuros; agora terão a triste sorte, já traçada nos gabinetes refrigerados, de serem assentados em outras terras para começar tudo de novo, até que saia sob suas cabeças um novo "projeto". Ficarão ainda sob as águas 13 garimpos de diamante, uma ocorrência de ouro e calcário 13,4 milhões de metros cúbicos de madeiras nobres, três reservas indígenas - Parakanã, Tucuruí e área Gavião da Montanha -, além da força de trabalho acumulada à terra por várias gerações e as tradições do povo da região, que sequer foram levadas, em algum momento, em consideração.

A DESAPROPRIAÇÃO

A partir de 1976 a Eletronorte formou equipes de técnicos para realizar o cadastramento das benfeitorias existentes na área de formação do grande lago e avisar aos ocupantes e proprietários que, a partir do momento que fosse concluído o levantamento na referida ocupação ou propriedade, o ocupante ou proprietário não teria mais o direito de efetuar qualquer tipo de melhoria na área, pois a partir daquele instante a área passaria a ser de "interesse da Eletronorte" e que, posteriormente, as pessoas seriam indenizadas. Durante este trabalho era feito o "acompanhamento social", que era de criar ilusões em cima do que as pessoas iriam receber como indenizações. Colocações de um fiscal da empresa, Roberto: "nada dona Maria, não é isso não, olha, só o dinheiro da indenização que vai prá vocês, vai dá pra comprar uma casa boa dentro da cidade e vai dar de educar os filhos de vocês, o resto da vida vocês vão ficar comendo deste dinheiro".

Estas indenizações eram calculadas com o auxílio de tabelas de preços elaboradas por técnicos do Estado: Dr. José Maria Conduro (do Ministério da Agricultura), Dr. Eúrico Pinheiro (Prof. da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará), Dr. Ítalo Falesi (na época Secretário de Agricultura do Estado) e Dr. Walmir Hugo dos Santos (na época Delegado do Ministério da Agricultura no Estado do Pará); era a demonstração do Estado como mediador e muitas vezes agente ativo no processo de espoliação do povo da região.

Vejamos a tabela de preços para laranjeiras em vigor em 26.09.82, segundo o jornal "A Provincia do Pará": até 01 ano, Cr\$.. 123,00; 1 a 2 anos, Cr\$ 174,84; de 2 a 3 anos, Cr\$ 247,88; de 3 a 4 anos, Cr\$ 364,24; de 4 a 6 anos, Cr\$ 509,94 e de 6 a 8 anos, Cr\$... 728,00. Pelo preço pago a uma laranjeira de 6 a 8 anos, em franca produção (em média de 1.500 laranjas) dava direito a comprar apenas 15 laranjas na cidade de Tucuruí. Daí a necessidade de uma revisão de todo o processo utilizado para avaliação das benfeitorias dos agricultores expropriados.

O processo de expropriação era feito sob um estado repressivo, com abuso de poder, pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, ligado diretamente à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional-SG/CSN, Unidade Executiva de Tucuruí, que tinha na sua direção o Médico Veterinário João Batista Gomes, o que nos é mostrado por um termo de embargo dirigido por este executor ao Sr. Otacílio Nunes Ferreira, de 12.08.81. Teor do termo de embargo: "Esclarecemos que a situação de V.Sa., ora EMBARGADO será ESTUDA

DA COM ATENÇÃO PELO GETAT, objetivando caso V.Sa. MEREÇA, a DESTINAÇÃO DE UM LOTE DE TERRA na área de jurisdição do GETAT" (grifo nosso). "O não atendimento a esta determinação, implicará na tomada de medidas mais enérgicas por parte do GETAT". A área do embargo trata-se de um Lote 06, Gleba 40 localizado na Transamazônica, km 140, que foi entregue ao colono no início dos anos 70, quando do início do falido projeto de colonização proposto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Os expropriados eram proibidos de plantar nas suas áreas após o levantamento feito pela empresa e os embargos feitos pelo GETAT, muitas vezes negados, mas confirmados pelo teor de seus documentos na época, contrariando o que a Eletronorte diz hoje; vejamos o teor de um embargo: "Através do presente, fica V.Sa. cientificado da PROIBIÇÃO imposta pelo GETAT no sentido de se efetuar serviços de ROÇADA, BROQUE, DERRUBADA, ou ABERTURA DE PICADAS nesta ÁREA DE PROPRIEDADE DO GOVERNO FEDERAL".

O REMANEJAMENTO

A partir de 1979 iniciaram os primeiros remanejamentos, atingindo os moradores da "estrada da Funai", acesso à reserva Parakanã, Remansão, Breu Branco, estrada de ferro Tocantins e adjacências. Durante o processo de remanejamento não eram levados em consideração as peculiaridades dos locais onde as pessoas residiam nem dos locais para onde seriam enxotados, o que levou muitas pessoas a perder tudo o que tinham, até a noção de existência, diante de enormes contradições em relação às adversidades dos locais. Como cita dona Maria de Nazaré, remanejada do Remansão para o loteamento do rio Moju: "Aqui tudo-quanto é difícil, é coisa que nunca me dei bem, a terra não é boa ... aqui trabalha a morrer e nada tem... a água, falta é morrer puxando água do poço... lá tinha muita água, era beira de brejo, beira do Tocantins, açazal, muito peixe, tudo em quanto".

As pessoas eram obrigadas a deixar suas localidades com casa, pastagens, sítios, estradas, transportes na porta, terras boas para plantar e escolas, além das tradições religiosas e comunitárias, mantidas por várias gerações, para ocupar terras de matas virgens, sem ter sequer abertura para fazer uma casa. Os técnicos da empresa prometiam às pessoas que tudo lhes seria dado na área para onde seriam colocados: casa, estrada, transporte e nove meses de ajuda em alimentos. Na verdade ocorria o contrário. Outras famílias foram colocadas em cima de caminhões, um ato característico de sequestro, porque não sabiam para onde iam; quando chegavam ao local onde seria o seu novo habitat eram despejadas, para o reinício de uma nova vida de luta e mi-

séria.

Muitas famílias tiveram que ver suas criações morrer ou que se desfazer delas por não ter como sustentá-las, como explica o Sr. Edimar, remanejado para o Moju: "... eles falaram de cara, se eu não saísse eles me jogavam fora ... fui obrigado acabar o que tinha jogando fora criação de bode, porco, galinha, pato e gado... Aqui na terra que eles deram, deram a mata virgem, não tinha um pau derrubado, o 'gadim' que nós tinha, 'joguemo' no pasto dos outro, nos vimo obrigado a sair de dentro do lote prá se empregar fora, prá poder passar e criar nossa criancinha que tá aí".

Neste "Loteamento rio Moju" muitas famílias desistiram por não terem condições de enfrentar as dificuldades e preferiram tentar uma outra vida, mesmo que longe da roça. Outros permanecem até hoje por se acharem com a idade demais avançada para enfrentar as dificuldades de 'desbravador de matas', como narra dona Ana Alves, de 65 anos: "... o homem tá velho, cansado, se eu tô baquiada, ele ainda tá muito mais, mas ele diz que não sai mais daqui, diz que não tem mais força de 'alimpar' mato como nós viemos prá cá, entrar numa mata braba aí e 'amansar' mata, ele diz que não tem mais força prá isso, ele diz que não vai mais andar não". E assim são vários casos de pessoas que foram remanejadas com idade variando de 50 a 70 anos, para áreas onde só têm conseguido produzir, com muita dificuldade, a mandioca para o fabrico de farinha, que não garante o sustento da família.

A grande desistência dos remanejados do Loteamento rio Moju - por falta de estradas vicinais em condições de tráfego durante o ano inteiro, por não terem recebido a madeira prometida para construção de casas, por não haver água na maioria dos lotes e a terra não oferecer condições ao cultivo das lavouras - desencadeou uma luta por parte dos expropriados por outras áreas para relocalizações. Conseguiram as glebas Parakanã, Para-Rural, Tocantins e Baiana, todas sob jurisdição do GETAT, Unidade Executiva de Tucuruí, nos municípios de Tucuruí e Jacundá. Estas glebas só diferenciavam daquelas do Loteamento rio Moju quanto à qualidade do solo; ali também não haviam sido executados trabalhos de infra-estrutura e apresentava-se um alto índice de insalubridade.

Os lotes entregues foram áreas equivalentes a 50 hectares, contrariando a classificação da Tabela III da IE-INCRA nº 5/73 que designa como Módulo Rural da Região, para imóveis com exploração não de finida, área de 100 hectares, áreas que, "direta e pessoalmente exploradas pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico. (Conceito fixado pelo Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, art. 4º, II e III). A reivindicação para que fosse cumprida a legislação, nunca

teve êxito junto ao GETAT, mas continua na pauta de discussão.

Foram construídos cinco núcleos urbanos - Novo Repartimento, Novo Breu, Nova Jacundá (com 115 casas), Cajazeiras (com 75 casas) e na sede de Itupiranga (75 casas); em nenhum destes núcleos foram concluídos os trabalhos de infra-estrutura, apesar das casas disporem de instalações elétricas e hidráulicas que, na sua maioria, serão obstruídas pelas construções do "joão de barro".

A SITUAÇÃO ATUAL

Na ZONA RURAL os problemas enfrentados pelos expropriados são dos mais diversos. As vicinais abertas pela empresa ficaram todas intransitáveis após o 'inverno' deste ano. A BR-230 (Transamazônica), que dá acesso às glebas Parakanã, Baiana e Para-Rural, ficou durante quatro meses sem condições de tráfego; o que também ocorreu com a PA-150, principal rodovia pela margem direta do rio Tocantins, impossibilitando a entrada de gêneros de primeira necessidade, (sal, açúcar e café ...) e o escoamento da produção dos agricultores. Nas glebas Parakanã e Baiana pessoas afetadas por malária chegaram a perder a vida pela impossibilidade de serem deslocadas à procura de tratamento.

Para os meses mais chuvosos do início do ano prevê-se situações mais sérias, pois além de não poder contar com as estradas que já se encontram em estado de calamidade, em pleno mês de novembro, a barragem de Tucuruí tornou o Rio Tocantins não navegável. E a não construção das eclusas deixou os moradores da região em verdadeiro estado de cativoiro.

O atendimento médico em toda esta região fica nas sedes dos municípios, em péssimas condições de atendimento e sem capacidade para atender a toda comunidade carente, tendo as pessoas que recorrer às farmácias das vilas e povoados ou aos recursos da flora medicinal, para conseguirem resistir às doenças costumeiras e as que virão com o ataque de pragas que já se mostra significativa com a formação do grande lago.

Na área da educação, estava dentro dos planos do autoritarismo "crescer ignorante e dependente para não questionar os males da ditadura". Nos loteamentos, não foram construídas escolas para os filhos dos remanejados, que representam uma população em idade escolar bastante numerosa. Foram construídas apenas nos Núcleos Urbanos.

É grande o número de pessoas que ainda não recebeu terra para trabalhar e casa para morar e leva uma vida sub-humana nas periferias das cidades de Tucuruí, Marabá, Itupiranga e Jacundá. Muitos

deles caíram no golpe que a empresa preparou para que eles desistissem dos seus direitos por mais uma migalha chamada de indenização. Na época do remanejamento, a empresa oferecia a casa na vila de Jacundá e o lote rural na gleba Baiana a uma distância de 270 Km um do outro, tendo ainda que atravessar o rio Tocantins. Diante dessa situação a pessoa se via sem condições e desistia de um ou de outro e, às vezes, de tão chatcado, dos dois. Vitória para a empresa que ia se ver livre dos compromissos.

Os remanejados para o Loteamento rio Moju vivem um estado de indefinição. O solo é improdutivo e nem todos os poços foram abertos (muitos já secaram); muitos não receberam o material para construir a casa ou não têm condições de construir. Os que têm os lotes atravessados pelas linhas de transmissão perderam 10 hectares dos 50 que tinham recebido, considerados área de servidão pública, que só pode ser usada pela empresa. A maioria não recebeu título definitivo e nem demarcados foram os lotes. Os atingidos pelos agrotóxicos usados ao longo da linha de transmissão pela AGROMAX - sub-empresiteira da Eletronorte - até agora não tiveram seus recursos encaminhados à justiça por falta de condições financeiras.

As 706 famílias que foram assentadas na gleba Parakanã estão com os seus destinos incertos por mais uma vez. Os índios Parakanã querem sua área mas nem a Eletronorte, nem o GETAT se definem. As famílias querem ser colocadas em outras áreas e desocupar a dos índios, por entenderem que a culpa é, exclusivamente, do GETAT, que só tem aumentado o estado de tensão na região, colocando-se sempre do lado dos grandes proprietários, deixando os lavradores em estado de desespero e cada dia mais miseráveis, vítimas do processo de expulsão de suas terras para ocupação pelas patas do boi.

Nas vilas urbanas as casas foram construídas em madeira, todas no mesmo padrão, com cinco compartimentos - pequenos espaços - contrariando a arquitetura do homem da roça, que possui suas casas de taipa, coberta de palha ou cavaco. A água é fornecida por carro pipa que passa enchendo os tambores expostos ao ar livre, escuros de ferrugem, passíveis de todo tipo de contaminação.

A cidade de Tucuruí, conhecida nos outros tempos pela tranquilidade e movimentos dos barqueiros e ferroviários, tornou-se uma cidade insegura, apresentando grande explosão demográfica e sem infraestrutura básica para acompanhar tal crescimento. Conhecida hoje como "cidade do lixo" diante da cidade construída pela Eletronorte, "Vila Permanente" para os técnicos servidores da empresa.

A água fornecida pelos serviços da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA - é suspeita por sua coloração e a presença de

partículas estranhas, o que leva os moradores de melhores condições financeiras a comprarem água de fontes fidedignas a Cr\$30 por litro (out. 84).

A zona boêmia, conhecida como "Corre Água", no período de 79 a 81, teve um crescimento muito grande em relação ao número de casas de mulheres. Relata dona Olindina, proprietária de uma das casas: "funcionários da Camargo Corrêa davam 'nó cego' para serem despedidos, e com o dinheiro da indenização abriam casas de mulheres. Hoje", prossegue, "destas pessoas não existe nenhuma no local, todas fracassaram e foram embora; mesmo assim ainda existem em torno de 350 casas do ramo."

AS LUTAS

O pouco que as 4.000 famílias de expropriados conseguiram é fruto de um duro trabalho desenvolvido por uma comissão de expropriados, que há seis anos vem enfrentando as mais sérias discussões com a Eletronorte, mostrando uma resistência às atitudes repressivas da empresa que, junto com o GETAT, polícia federal, polícia militar e outros organismos do governo procuram proibir que eles lutem por seus direitos.

Essa comissão, com apoio da Igreja, CPT, parlamentares com prometidos com as lutas populares e entidades democráticas, conseguiu, por várias vezes, fazer a direção da Eletronorte sentar à mesa de negociação e se comprometer a atender às reivindicações dos expropriados, apesar de muitas vezes ter ficado apenas no papel e a empresa não cumprir.

Hoje, a comissão conta com a força do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, que até julho deste ano estava sob o controle da Eletronorte e do prefeito de Tucuruí, Claudio Furman, militante do Partido Democrático Social - PDS - e comprometido com todas as manobras do regime ditatorial.

Foram realizados dois acampamentos no pátio externo dos escritórios do Serviço de Patrimônio Imobiliário - SPI - da empresa, em Tucuruí. O primeiro foi de 09 a 11.09.84, com 400 pessoas e o segundo, de 09 a 24.04.84, com 2.000 pessoas. Em ambos, o objetivo era alcançar respostas às reivindicações de terra por terra, com lotes de 100 hectares, casa por casa, vila por vila, revisão das indenizações e recuperação dos prejuízos. Nos dias 23 de junho, 02 de julho e 22 de julho foram realizados atos públicos em Cametá, Belém e Tucuruí, envolvendo várias entidades e parlamentares no intuito de retardar o fe

chamento das comportas da barragem.

No dia 07 de setembro p.p., os expropriados iniciaram um acampamento na Vila de Novo Repartimento, chegando a reunir 2.000 pessoas. Depois de vários dias acampados, sem que a empresa se posicionasse, resolveram levantar o acampamento e seguiram para Tucuruí. Traçaram uma grande luta contra a Polícia Militar do Estado que fazia barreiras na estrada que liga Novo Repartimento à sede de Tucuruí. Conseguiram passar e estão acampados em Tucuruí enquanto o Sindicato e a Comissão tentam negociar com a empresa as reivindicações básicas: a situação dos assentados na gleba Parakanã e a indenização pelo tempo proibido de plantar.

Até quando irá esta luta é imprevisível, mas sabe-se que a energia de Tucuruí já está sendo produzida e brevemente entrarão em funcionamento os complexos Albrás/Alunorte, empresa nipo-brasileira, em Barcarena e a ALCOA, empresa transnacional, em São Luís do Maranhão.

-
- * Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará
 - * do Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular -Marabá-PA.